

O avanço da produção do milho e os reflexos no acesso aos alimentos básicos da dieta pelos moradores de Nossa Senhora de Lourdes/SE¹

The advancement of corn production and the impact on the access to staple foods in the diet of residents of Nossa Senhora de Lourdes/SE

Jeferson Marques da Silva
Universidade Federal de Sergipe – UFS
jefersonprof21@gmail.com

Sônia de Souza Mendonça Menezes
Universidade Federal de Sergipe – UFS
soniamenezes@academico.ufs.br

Resumo

O espaço rural brasileiro, ao longo dos anos, vem passando por transformações que podem ser notadas a partir da relação do homem com a natureza, nos diferentes usos da terra e nos diversificados modos de cultivar. O processo de modernização do campo brasileiro se intensifica a partir das ideias de produtividade e eficiência apregoadas pelo agronegócio, modelo de produção que tem expandido suas fronteiras e ampliado a produção de *commodities*, impactando, conseqüentemente, na diminuição do cultivo dos alimentos tradicionais. Este artigo tem por objetivo identificar a origem dos alimentos básicos da dieta alimentar da população do município de Nossa Senhora de Lourdes/SE. Utilizou-se como procedimentos metodológicos: levantamento de dados secundários no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, aplicação de entrevistas semiestruturadas, e sistematização dos dados aliada à revisão bibliográfica. Os resultados da pesquisa indicam que as novas formas de produzir e de se apropriar da terra modificaram as configurações territoriais de Nossa Senhora de Lourdes/SE, visto que a produção de milho tem se alastrado no território e que o plantio variado de alimentos tem regredido. Como reflexo, o acesso da população aos alimentos que compõem a sua dieta tornou-se dependente de outros municípios.

Palavras-chave: Modernização da agricultura, Agronegócio, Alimentos tradicionais, Dieta alimentar.

Abstract

Over the years, Brazilian rural space has undergone transformations that can be noticed from the relationship between man and nature, in the different uses of the land and in the diversified ways of cultivating. The process of modernization of the Brazilian countryside is intensified based on the ideas of productivity and efficiency proclaimed by agribusiness, a production model that has expanded its frontiers and the production of commodities, consequently impacting on the reduction of the cultivation of traditional foods. This article aims to identify the origins of the staple foods in the diet of the population of the municipality of Nossa Senhora de Lourdes, Sergipe. The following methodological procedures were used: secondary data collection at the Brazilian Institute of Geography and Statistics – IBGE, semi-structured interviews, and systematization of data combined with bibliographic review. The results of the research indicate that the new ways of producing and appropriating the land have modified

¹ O presente texto é parte da dissertação de mestrado intitulada *O avanço do agronegócio em Nossa Senhora de Lourdes/SE: dissipação dos cultivos tradicionais e desfiguração da cultura alimentar*, defendida em 24/02/2023, no Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/UFS. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/18681>

the territorial configurations of Nossa Senhora de Lourdes, because the production of corn has spread in the territory and the varied planting of food has regressed. As a result, the population's access to the foods that make up their diet has become dependent of the other municipalities.

Keywords: Modernization of agriculture, Agribusiness, Traditional foods, Diet.

Introdução

A partir da segunda metade do século XX foi posto em marcha o projeto de transformação da estrutura produtiva agrícola que ficou conhecido como Revolução Verde². O avanço desse projeto é alardeado em discursos ideológicos, contexto no qual “[...] a imagem do campo passa a ser estruturalmente reformulada, em consonância com o discurso ideológico da modernidade” (Carvalho; Oliveira, 2021, p. 30). Esse modelo tem como pilar o aumento da produtividade e exploração agrícola estimulado pela adoção dos pacotes tecnológicos.

Segundo Almeida, para que houvesse o aumento da produtividade era preciso lançar mão do “pacote tecnológico” formado pelo conjunto de insumos químicos, variedades geneticamente modificadas, irrigação e mecanização. Para esse autor, os problemas que afetavam o mundo na época – “crise no mercado de grãos alimentícios, aumento do crescimento demográfico e a previsão, a curto prazo, de uma ‘catástrofe alimentar’ que poderia originar convulsões em certas regiões do mundo” (Almeida, 1997, p. 44) – direcionaram o estabelecimento dos objetivos propostos pela Revolução Verde. O principal argumento utilizado pelos defensores da Revolução Verde estava vinculado ao combate à fome mundial. Entretanto, embora tenha ocorrido o aumento da produção agrícola, o esforço para o citado propósito não foi evidenciado, e a fome persiste. Além do problema sobre a fome não ter sido solucionado, nos últimos anos, acompanha-se o aumento da insegurança alimentar e nutricional grave e moderada no Brasil e no mundo. No Brasil, de acordo com o relatório do II Inquérito Nacional da Insegurança Alimentar no Brasil no Contexto da Covid-19 (II VIGISAN), mais de 33 milhões de pessoas enfrentam a fome.

Esse processo de modernização não resultou em mudanças significativas nas estruturas basilares agrárias brasileiras, mas se constitui numa “[...] maneira de responder aos intensos desafios da industrialização e urbanização, combinados com uma necessária diversificação e elevação das exportações primárias e agro-industriais do Brasil” (Delgado,

² Paradigma caracterizado fundamentalmente pela combinação de insumos químicos (fertilizantes, agrotóxicos), mecânicos (tratores e implementos) e biológicos (sementes geneticamente melhoradas). Este trabalho enfatiza sobretudo as trajetórias tecnológicas associadas aos insumos químicos (agrotóxicos) e biológicos, cuja combinação técnica e econômica consiste em nosso foco de análise.

2005, p. 7). Tais mudanças foram alicerçadas pela exacerbação da concentração fundiária e de renda e pela precarização acentuada das relações de trabalho, tendo em vista que, no modo de produção sob a égide do capitalismo, tanto a terra quanto a força de trabalho se transformam em mercadorias. Além desses fatores, esse modelo prioriza a produção de commodities em detrimento dos alimentos, tais como arroz, feijão, mandioca e verduras.

Outrossim, alterações análogas são observadas na escala local, o que suscitou alguns questionamentos: o município de Nossa Senhora de Lourdes/SE, mesmo distante dos centros econômicos do Brasil, tem sido influenciado pelos ideais apregoados pelo agronegócio? Em que medida, no município de Nossa Senhora de Lourdes/SE, os alimentos básicos da dieta alimentar de sua população são cultivados, acessados e consumidos?

Com o propósito de analisar as transformações na agricultura do município de Nossa Senhora de Lourdes/SE e suas implicações na produção, na comercialização e no consumo de alimentos, o presente texto tem como objetivo identificar a origem dos alimentos básicos da dieta alimentar da população desse município.

A pesquisa foi desenvolvida com os seguintes procedimentos metodológicos: revisão teórica para fundamentar as discussões em todas as etapas; levantamento de dados secundários dos Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1995-1996; 2006; 2017), além das informações da produção agrícola municipal (2022); aplicação de entrevistas semiestruturadas com 15 agricultores, 18 feirantes, 18 consumidores e um representante da Secretaria Municipal de Agricultura (SMA). Primeiramente, procurou-se compreender, junto aos agricultores e ao representante da SMA, as alterações na forma de uso da terra, nas técnicas e nos instrumentos agrícolas utilizados, e nos tipos de cultivo. Em seguida, por meio do levantamento de informações como residência e origem dos alimentos que comercializa, buscou-se entender em relação a distância percorrida pelos alimentos comercializados na feira livre. Na sequência, realizaram-se as entrevistas com consumidores para entender as transformações na dieta da população. Após a conclusão dessas etapas, fez-se a sistematização dos dados, seguida da elaboração de tabelas, mapas e gráficos, correlacionando-os e/ou confrontando-os. Por fim, as informações coletadas e analisadas juntamente com o arcabouço teórico conduziram a escrita do artigo. Vale ressaltar que a pesquisa foi submetida previamente à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, por meio da Plataforma Brasil, Ministério da Saúde (CAAE: 57968522.6.0000.5546).

Para estruturar a discussão, o artigo está organizado em três seções, além desta seção introdutória. Na seção imediatamente a seguir, aborda-se a contextualização do processo de modernização da agricultura brasileira e da consolidação do agronegócio e suas implicações na produção de alimentos. Em seguida, apresentam-se a conformação do agronegócio em Nossa Senhora de Lourdes e seus rebatimentos na produção e comercialização dos alimentos tradicionais da dieta da população. Por fim, tecem-se as considerações finais.

Modernização da agricultura: a gênese do agronegócio

Desde o seu surgimento, o homem vem se relacionando com a terra, retirando dela o seu sustento. “A terra sempre foi para todos os povos a fonte da vida, seja para colher os alimentos e demais necessidades, seja para produzir cada objeto, bem, coisa que tenha valor para a vida diária da comunidade humana” (Souza Filho, 2015, p. 58). Ao longo do tempo, o homem adquire domínio sobre a natureza e por meio da agricultura passa “a controlar quando, onde e como as plantas seriam cultivadas [...]” (Santilli, 2009, p. 35). Durante milênios, esse controle se deu de maneira equilibrada e se estabelecia por meio de relação respeitosa, não predatória, pois o homem, até então, se considerava parte da natureza.

No entanto, essa harmonia entre homem e natureza vem se modificando ao longo dos anos e, com isso, causando impactos naturais, sociais e culturais. Contudo, é sob o modo de produção capitalista que essas alterações acontecem de forma mais intensa. Os recursos naturais, que antes eram acessados pelo seu valor de uso, são transformados em mercadoria³ e passam a ter valor de troca.

Consoante a isso, Souza Filho disserta:

O capitalismo transformou estas coisas em simples mercadorias. A ideia de que as coisas, as utilidades, deixem de ser bens em si para serem apenas valores negociáveis, mercadorias, que se trocam por dinheiro, mudou o conceito de utilidade, isto é, o seu valor de uso, estético, sentimental ou cultural, deixou de ser apreciado (no duplo sentido, que não se tem apreço, nem preço) dando lugar exclusivo ao seu valor de troca, isto é, ao seu preço, seu valor de mercado (Souza Filho, 2015, p. 58).

Nesse processo, a terra se transforma em mercadoria, adquire preço, pode ser comprada e vendida, pode ser arrendada, deixando de ser vista apenas como fornecedora da utilidade da vida. No entanto, ela se constitui numa mercadoria diferente das demais, pois não

³ A concepção de mercadoria aqui adotada é a mesma que Marx utiliza no Livro I de *O Capital*. Ela se constitui num “[...] objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer.” (MARX, 2017, p. 113).

é produzida pelo trabalho humano (Martins, 1981; Souza Filho, 2015), embora sobre ela possa recair todo o acúmulo científico que a humanidade conseguiu adquirir, ou seja, o conjunto da técnica e da tecnologia possível para torná-la produtiva. E, tendo preço, este varia de acordo com as qualidades imanentes ao solo que podem gerar renda, isto é, a renda da terra (Oliveira, 2007), na propriedade privada de uma classe ou fração de classe, no campo ou na cidade.

A visão de que a natureza está a serviço do homem para satisfazer as suas necessidades direciona e justifica as intervenções antrópicas por meio de pacotes tecnológicos, tanto que desencadeia uma extrema desconexão da agricultura com a natureza e com as localidades, visto que fatores naturais foram e têm sido progressivamente substituídos por fatores artificiais. Graziano da Silva assevera que “[...] se faltar chuva, irriga-se; se não houver solos suficientemente férteis, aduba-se; se ocorrem pragas e doenças, responde-se com defensivos químicos ou biológicos; e se houver ameaças de inundações, estarão previstas formas de drenagem” (1998, p. 3). Essas intervenções humanas na natureza vêm intensificando cada vez mais esse fenômeno, contribuindo para a perda da autonomia dos territórios e dos vínculos com o território.

Essa dinâmica se acentua com o avanço do processo de modernização – reforçado pelo principal agente financiador e promotor de políticas públicas, o Estado – direcionado à expansão do agronegócio. A política de crédito agrícola adotada pelo Estado proporciona integração entre a indústria e a agricultura. Apesar disso, as políticas de estímulo à modernização não alcançaram de forma igualitária todas as unidades produtivas, contribuindo, assim, para a exacerbação das desigualdades no campo.

Na sanha de controlar tudo, o modelo de produção capitalista impõe ao trabalhador a separação dos meios de produção, visto que é na relação de liberdade e igualdade que se baseia a relação social capitalista (Martins, 1981). Nessa concepção, “[...] os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho” (Oliveira, 2007, p. 36). Assim, só lhes resta vender a sua força de trabalho numa relação alienadora entre pessoas aparentemente iguais, mas que produzem resultados econômicos profundamente desiguais entre si. Concorde-se com Pereira Silva quando este assegura que:

A dinâmica da expansão do capitalismo no espaço agrário brasileiro via efeitos da modernização da agricultura, sobretudo, a partir de 1960, engendrou mutações nas relações de trabalho, de produção e no reordenamento territorial. O discurso de desenvolvimento e modernização pelos governantes e instituições internacionais emerge para superar o “velho” e “arcaico” com implantação de tecnologias

configurando o agronegócio em detrimento do camponês. (Pereira Silva, 2014, p. 7-8).

Essas são algumas das transformações que vêm acontecendo no espaço rural sob a égide do capital, uma vez que o discurso da modernização do campo em contraposição ao modelo “tradicional” e “arcaico” ganha força e começa a direcionar as mudanças que, conseqüentemente, alteram o uso da terra e da alimentação e, por conseguinte, geram rupturas (Menezes, 2013a).

A partir da década de 1990, o processo de modernização da agricultura brasileira, articulado ao aparato tecnológico da Revolução Verde, voltado exclusivamente para um segmento altamente capitalizado (Sauer, 2008), passa a contar com um novo nome: agronegócio. Fernandes e Welch (2004) asseveram que o agronegócio é uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista e que, apesar do aperfeiçoamento do processo, os problemas socioeconômicos e políticos não foram solucionados.

O agronegócio tem intensificado a exploração da terra e do homem e se constitui numa tentativa de ocultar sua face perversa por meio da ênfase no viés produtivista, fundamentado no discurso que superestima a sua contribuição na elevação do PIB, a geração de postos de trabalho e o controle da balança comercial. O agronegócio tem utilizado o marketing e a propaganda em diferentes espaços nas redes sociais para disseminar na sociedade e, especialmente, no mercado consumidor a defesa da sua atuação. Ao analisar o processo de difusão do agronegócio, Delgado (2005) destaca a importância da tríplice aliança formada pelo Estado, pela academia e pela mídia, que se constitui como um tripé que contribui para alicerçar o avanço do agronegócio no Brasil. Para Bezerra (2012, p. 113), “o agronegócio surge para designar uma etapa de transformação da agricultura remetendo-a a posição de destaque quando vista a partir da sua relação com a indústria”. O termo é utilizado como estratégia de superação da visão que até então se tinha sobre a agricultura como um setor arcaico de práticas tradicionais.

A utilização do termo agronegócio e sua forte influência no Brasil se dão a partir da visão integradora dos diversos segmentos da economia e do fato de que ele se constitui o grande motor da economia brasileira, capaz de interligar os vários segmentos produtivos dentro e fora da porteira (Bezerra, 2012). Ademais, é um modelo de produção fundamentado em monocultivo, utilização intensiva de insumos químicos e de máquinas agrícolas, adoção de pacotes tecnológicos, padronização e uniformização dos sistemas produtivos, artificialização

do ambiente, e pela consolidação de grandes empresas agroindustriais (Santilli, 2009), o que provoca implicações negativas sobre a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional.

Com a inserção de sementes híbridas, dos agroquímicos e das máquinas, e com o avanço dos cultivos nos moldes do agrobusiness, influenciados pelo avanço de técnicas e de novas tecnologias, a produção de alimentos nas mais variadas regiões do Brasil sofreu alterações, provocando a homogeneização de sistemas produtivos e o avanço das commodities (Menezes, 2013a).

Mazzetto Silva (2007) apresenta uma dimensão que possibilita analisar a distinção entre agronegócio (global) e camponeses (locais), relacionada aos modos de apropriação da natureza, isto é, à dimensão ecológica. Segundo o autor, a territorialidade camponesa é forjada na relação com os ecossistemas que constituem seu habitat, concebendo o habitat como o “lugar de criar hábitos, de manifestação permanente de territorialidades que conferem uso e sentido ao território – a experiência total do espaço”. Já a territorialidade desse modelo conhecido como agronegócio “é uma territorialidade sem vínculo com o lugar, pois o espaço tem valor do negócio, da oportunidade momentânea de acumulação, que amanhã poderá se dar num outro mais favorável” (2007, p. 58). São territorialidades dessemelhantes que reforçam e escancaram a perversidade do agronegócio para os territórios.

Carvalho e Stedile (2010) atestam que, seguindo os ditames impostos por esse padrão hegemônico de produção, se caminha para uma tirania da dieta alimentar, homogeneizada e manipulada, em busca apenas de altos lucros para as grandes corporações agroindustriais, pois o acesso a alimentos está regido pelas leis capitalistas do lucro e da acumulação. Para Bezerra e Schneider (2012, p. 40), “a dinâmica desse sistema agroalimentar (hegemônico) traz consigo as causas e as consequências do atual modelo de produção, que por sua vez incide sobre o atual modelo de consumo”. Evidenciam-se nos espaços geográficos do campo à cidade as transformações vinculadas ao citado paradigma de produção que reverbera nas alterações no uso da terra assim como no consumo dos alimentos.

O estado de Sergipe não ficou de fora do processo de modernização da agricultura e recebe investimentos para subsidiar esse projeto. A partir de análises feitas por Conceição (2011, 2013) e por Menezes, Silva e Silva (2019), verifica-se que o espaço rural sergipano seguiu a lógica modernista desenvolvida em âmbito nacional. “Ao longo do período de 1970-1995 foram verificadas mudanças significativas no uso da terra com a expansão da atividade agropecuária em Sergipe, e na ocupação da fronteira agrícola” (Conceição, 2011, p. 5). Em seus

estudos, Menezes, Silva e Silva (2019) identificaram que “os investimentos de capital e a mecanização no espaço rural sergipano é crescente, atua no processo de produção agrícola, em contraposição, o agricultor familiar perde a autonomia na produção de alimentos”.

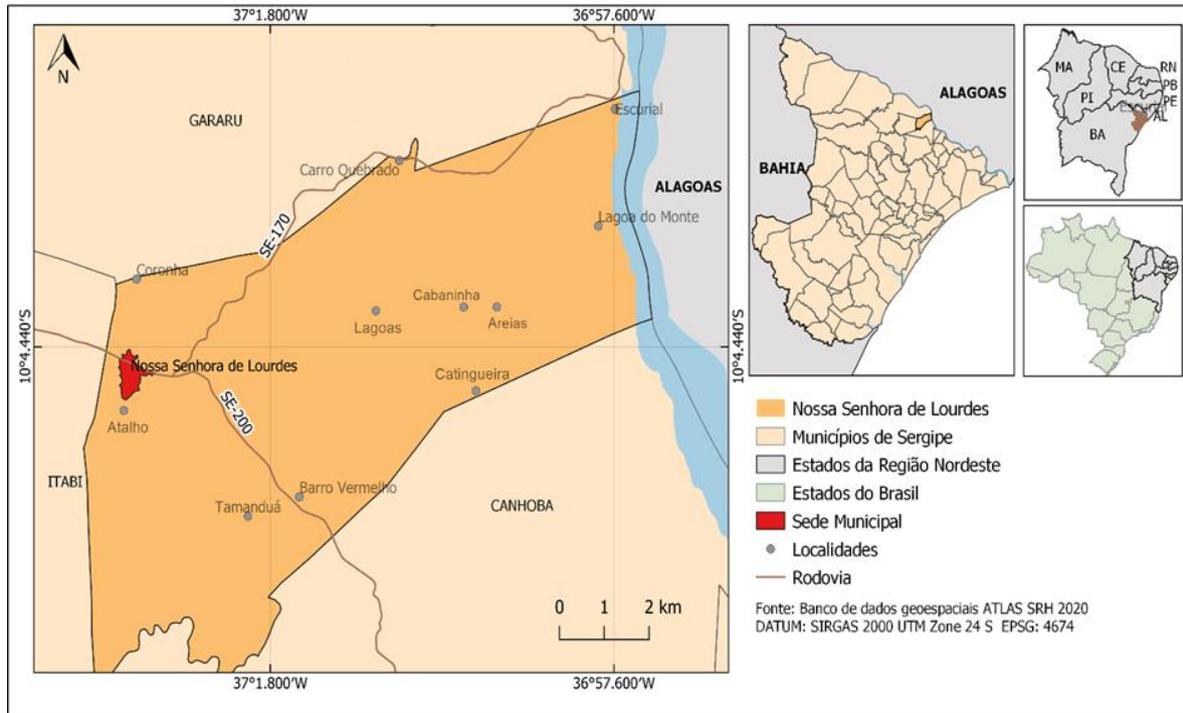
Partindo dessa breve contextualização sobre o processo de modernização da agricultura e dos efeitos causados pelo agronegócio, analisa-se como se deu esse processo no município de Nossa Senhora de Lourdes/SE e seus efeitos no cultivo de alimentos.

Nossa Senhora de Lourdes/SE: cultivo e comercialização de alimentos tradicionais

O município de Nossa Senhora de Lourdes (Mapa 1) está localizado no Norte do Estado de Sergipe, integra o território do Alto Sertão Sergipano e ocupa uma área de 83,767 km² (IBGE). O clima predominante no município é o tropical semiárido (EMS, 2014), com temperatura média anual de 26 °C. Apresenta uma pluviosidade média de 800 mm, com distribuição irregular e ocorrência de chuvas, principalmente, entre os meses de março a agosto. Entretanto, a quantidade de chuvas é superior aos demais municípios do território do Alto Sertão Sergipano. As altitudes nessa unidade geomorfológica não ultrapassam 750 metros; destacam-se na paisagem morfológica relevos residuais (tipo inselberg), além de amplas colinas rebaixadas, principalmente pelas condições climáticas pretéritas, com pequenas variações altimétricas, demonstrando predomínio de relevo de baixa topografia, o que facilita o processo de mecanização agrícola. Quanto à cobertura vegetal natural, segundo dados do Atlas BR disponibilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), esse município apresenta elevado índice de desmatamento da vegetação natural, sendo identificado 0,77% da cobertura vegetal natural em 2017.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, a população absoluta do município contava com 6.238 habitantes – sendo a população residente na zona urbana de 3.291 habitantes, e a da zona rural de 2.947 habitantes –, apresentando uma densidade demográfica de 74,46 hab./km². De acordo com o último Censo Demográfico (2022), o município conta com 6.268 habitantes.

Mapa 1 - Localização do município de Nossa Senhora de Lourdes/SE



Org.: Autores, 2021.

A estrutura fundiária de Nossa Senhora de Lourdes, de acordo com os três últimos Censos Agropecuários realizados, é formada, principalmente, por estabelecimentos com menos de 10 hectares, ou seja, predominam os minifúndios (Tabela 1). Em 2017, o percentual dos minifúndios e das pequenas propriedades ultrapassou 95% do total de estabelecimentos. Com base na classificação dos imóveis rurais estabelecida pelo INCRA, constata-se a predominância de minifúndios e de pequenas propriedades neste município.

No tocante à agricultura implementada nesse município, verifica-se nos últimos censos agropecuários (1995-1996, 2006 e 2017), alterações vinculadas ao uso da terra, nas quais apontam a redução na variedade e na quantidade de alimentos cultivados, além de elevado crescimento da produção de milho forrageiro e do milho em grão (Tabela 2).

Tabela 1 – Nossa Senhora de Lourdes/SE – Estrutura Fundiária

Grupos de área	ANOS					
	1995/1996		2006		2017	
	Nº de est. agrop. (Unid. - %)	Área dos est. agrop. (ha - %)	Nº de est. agrop. (Unid. - %)	Área dos est. agrop. (ha - %)	Nº de est. agrop. (Unid. - %)	Área dos est. agrop. (ha - %)
Menos de 5 ha	130 35,52	285,419 3,61	197 48,64	344 6,23	118 36,87	238 5,31
5 a -10 ha	64 17,49	486,88 6,16	73 18,02	551 9,98	62 19,37	474 10,59
10 a -20 ha	74 20,22	1.072,938 13,57	64 15,80	866 15,69	61 19,06	855 19,11
20 a -50 ha	62 16,94	1.905,076 24,1	45 11,11	1.458 26,42	51 15,93	1.649 36,85
50 a -100 ha	24 6,56	1.840,992 23,29	17 4,19	1.227 22,23	18 5,62	1.258 28,11
100 ha e mais	12 3,28	2.313,812 29,27	9 2,22	1.072 19,42	10 3,12	X
Total	336 100%	7.905,117 100%	405 100%	5.518 100%	320 100%	4.474 100%

Obs.: est. agrop. – Estabelecimentos agropecuários. Os dados das Unidades Territoriais com menos de três informantes estão identificados com o caractere X.

Fonte: Censo Agropecuário, 1995-1996, 2006 e 2017. Org.: Autor, 2021.

Tabela 2 – Nossa Senhora de Lourdes – Quantidade de produtos cultivados (toneladas)

Produtos	1995-1996	2006	2017
Milho em grão	240	283	640
Milho forrageiro	464	823	23.864
Arroz em casca	9	-	-
Feijão em grão (1ª safra)	20	-	Sem informação
Feijão em grão (2ª safra)	17	-	Sem informação
Feijão Grão verde	0	2	4
Feijão preto grão	-	1	-
Feijão cor grão	-	21	-
Feijão fradinho	-	3	0
Mandioca	201	X	28

Fonte: Censo Agropecuário, 1995-1996, 2006 e 2017. Org.: Autor, 2021.

Segundo o Censo Agropecuário de 1995-1996, em Nossa Senhora de Lourdes foram cultivadas 37 toneladas de feijão em grão (1ª e 2ª safra). No entanto, o censo realizado em 2006 apresenta redução da quantidade cultivada, apontando praticamente o

desaparecimento desse alimento visto que a quantidade ínfima não é identificada nos dados censitários. Por muitos anos, o feijão teve o seu cultivo consorciado com o milho e com as verduras como a abóbora, o quiabo, o maxixe e até frutas como a melancia. Essa prática, segundo Woortmann e Woortmann, é “um processo complexo de organização do tempo e do espaço”. É explicada pela “lógica da associação de plantas de natureza diversa, que devem cooperar entre si, e não competir” (1997, p. 97) além disso, constituía e ainda constitui a dieta básica da população.

Esta leitura sobre o consorciamento é corroborada pelas discussões de Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014) sobre o cultivo do milho no Nordeste no passado. Os autores destacam a relevância desse grão para o consumo familiar e para os animais, destacam que o milho normalmente era “cultivado em consórcio e que não rompe com a diversidade de atividades agrícolas dos agricultores familiares” (2014, p. 337). Nota-se que essa prática tradicional passou por alterações consideráveis e atualmente ela permanece somente nas memórias dos agricultores. A partir de ações governamentais, como a liberação dos financiamentos atrelados aos pacotes tecnológicos, foi incentivado o uso de sementes híbridas e transgênicas, agrotóxicos e fertilizantes na produção do milho. Além disso, o cultivo tradicional com as sementes crioulas (guardadas anualmente) de forma consorciada com o feijão foi interrompido. De acordo com as informações censitárias de 2017, foram colhidas quatro toneladas do feijão grão verde. No entanto, em entrevista para esta pesquisa, agricultores afirmaram que desconheciam essa informação e que, embora ocorresse a plantação desse feijão verde em alguns quintais produtivos, a quantidade colhida jamais atingiria quatro toneladas. Além disso, constatou-se que muitos agricultores do município acessam diversas linhas de crédito como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP). Os agricultores familiares enquadrados no Pronaf são atendidos pelo Programa Agroamigo do Banco do Nordeste, e os médios e grandes produtores, com o auxílio de um consultor projetista, buscam crédito rural em instituições bancárias. Os recursos dos projetos são destinados, principalmente, à atividade agrícola do cultivo do milho, fato que contrasta com esse aumento da produção de feijão verde. Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014) pontuam sobre o perfil produtivo de Sergipe e apontam para a perda em números de contratos e recursos destinados ao cultivo de feijão. Em contrapartida, o milho tornou-se o principal cultivo financiado pelo crédito de

custeio agrícola no Pronaf. Essa tendência, além de alterar a produção, influencia a comercialização e o consumo de alimentos nos territórios.

Alguns agricultores relataram suas experiências com o cultivo do feijão e atestam que outrora, com o plantio tradicional consorciado com o milho, a colheita era garantida, farta e proporcionava esse alimento na mesa de sua família durante o ano todo. Segundo relatos, todas as fases do processamento (colher, bater, secar e catar) eram realizadas pelos membros da família e por amigos próximos.

Antigamente, o batimento de feijão começava lá na ponta do calçamento e saía cá embaixo. Batia de um, de outro, até que batia de todos (ajuda mútua). Era a coisa mais comum a gente colocar o feijão para secar nas calçadas. Hoje a gente não vê mais isso (Agricultor 1, Povoado Catingueira, nov./2022).

A cata do feijão continua viva na memória dos agricultores. No entanto, a supressão desse cultivo contribuiu para o encolhimento dessa prática no município em décadas passadas.

No tocante à mandioca, se comparada às informações censitárias de 1995-1996 (201 toneladas) e 2017 (28 toneladas), observa-se a redução superior a 85% no cultivo desse alimento no município.

Assim como em muitos municípios do Nordeste, em Nossa Senhora de Lourdes, o cultivo dessa raiz tinha tripla finalidade: a espécie de mandioca denominada macaxeira ou aipim destinava-se ao consumo próprio, e a mandioca brava, à produção da farinha e às iguarias dela derivadas. A elaboração desses alimentos era realizada nas casas de farinha (Fotografia 1) existentes nas comunidades rurais e no entorno da sede municipal. Segundo Menezes (2013b, p. 47), as farinhadas e a preparação das iguarias consistiam em “ritual de sociabilidade entre os membros das comunidades rurais, comumente era alicerçado pelas redes sociais formadas por vizinhos, parentes e amigos, que cooperavam com sua força de trabalho no processamento da mandioca, em determinados períodos do ano [...]”. No passado, as iguarias derivadas da mandioca não apresentavam valor de troca: esses alimentos eram distribuídos entre os participantes e ainda doados aos ausentes como um presente.

O desaparecimento das casas de farinha e dos vínculos territoriais⁴ e culturais entre os membros comunitários que outrora eram estabelecidos estão associados à redução do plantio

⁴ Neste trabalho utilizou-se o conceito de vínculos territoriais estabelecido por Heidrich (2006), que estabelece que os **vínculos territoriais** “são resultantes das ações ou práticas sociais de condução e representação da vida. Dependem, portanto, de uma relação com as externalidades, com os vários âmbitos da integração socioespacial, que nos dirá sobre a sujeição a tais, que implique em desterritorialização e reterritorialização dominantes ou, construção de territorialidades autocentradas”. (Heidrich, 2006, p. 13-14).

da mandioca ocasionado por problemas relacionados ao prolongamento das estiagens, mas principalmente, pelas intervenções políticas que estimulam e apoiam outros cultivos agrícolas, especialmente o milho, como as linhas de crédito do Pronaf e PRONAMP. Observa-se que atualmente a farinha consumida pela população é oriunda dos municípios do agreste sergipano. O espaço que até os anos 2005 era utilizado para a produção desse alimento e das iguarias derivadas da mandioca, sobretudo no povoado Barro Vermelho, único povoado onde a casa de farinha foi encontrada, agora é utilizado unicamente para a elaboração de iguarias, como os beijus, pé de moleque e malcasada, que são comercializadas na feira local. Considera-se que tal prática se constitui uma resistência dos alimentos identitários diante da avassaladora transformação no uso da terra desse território.

Fotografia 1 - Casa de farinha – Tacho para torrar a farinha e assar os derivados da mandioca



Fonte: Autor, 2022.

Outro alimento da dieta da população desse município que teve seu cultivo extinto foi o arroz. Como parte do município de Nossa Senhora de Lourdes é banhado pelas águas do rio São Francisco, as condições ambientais das proximidades com a foz possibilitaram a formação de planícies alagadas, onde se cultivava o arroz. As cheias naturais desse rio, além de proporcionarem aos pescadores abundância e diversidade de peixes, favoreciam as enchentes das lagoas que se formavam nas imediações do rio e eram utilizadas para o cultivo desse cereal.

Segundo nossos entrevistados, o arroz era plantado quando as águas do São Francisco começavam a baixar. Primeiramente os agricultores preparavam os canteiros e as leiras às margens da lagoa e semeavam as sementes do arroz que tinham sido guardadas da

colheita realizada no ano anterior. Quando o arroz estava no ponto de plantio, era arrancado manualmente e plantado diretamente na lama da lagoa. O relato a seguir denota o saudosismo desse período tão marcante para agricultores que cultivavam esse alimento:

A lagoa ia vazando e todo dia a gente ia plantando. Amanhecia aquele monte de lama, o povo chamava de jabá, aí a gente mandava brasa, vencia aquela lama naquele dia. Quando era no outro dia, outra tira de novo, até quando plantava a terra toda. Era uma época boa. Quando chegava o verão, período em que o arroz estava maduro, iniciava-se a colheita. (Agricultor 2, Povoado Escorial, out./2022)

Os relatos ratificam a relevância das cheias desse rio para o desenvolvimento desse cultivo. As enchentes do rio eram certas, e todo ano o cultivo do arroz e a abundância de peixe eram garantidos, ou seja, os habitantes das comunidades ribeirinhas tinham disponibilidade de alimentos. Atualmente a realidade é outra, as cheias ocorrem quando, em períodos de muitas chuvas, as usinas hidrelétricas, em virtude do aumento de águas em seus reservatórios, liberam água.

Em anos anteriores ao último Censo Agropecuário (1974, 1984, 1995-1996), em Nossa Senhora de Lourdes foram colhidas 31, 26 e 9 toneladas, respectivamente, de arroz. Entretanto, em 2017, a produção foi zerada, fato ocasionado, principalmente, pela alteração no regime das águas dos rios a partir da construção da usina hidrelétrica de Xingó, localizada no município de Canindé de São Francisco/SE, iniciada em 1987 e inaugurada em 1994 (Menezes; Silva; Silva, 2019).

No passado, o cultivo desse alimento contribuiu para a economia do município no que concerne à sua comercialização, mas também era relevante na dimensão social e cultural, uma vez que fazia parte da dieta básica dos moradores. Em contrapartida, fatores ambientais, econômicos e políticos provocaram o desaparecimento desse cultivo no município e, junto com ele, diversas comidas tradicionais como o arroz de leite, o arroz doce, arroz de feijão ou baião de dois.

No que diz respeito ao cultivo de verduras, legumes e hortaliças, nota-se que neste município esse tipo de plantio é extremamente reduzido, não identificado nas informações censitárias. No entanto, contrapondo-se à lógica do agronegócio, identificou-se um grupo familiar que, como atitude de resistência, cultivava esses alimentos em uma área de três tarefas e meia, isto é, em um hectare. Para esse grupo familiar, a comercialização desses alimentos em uma lógica de circuitos curtos, além de “[...] reconstruir a identidade entre o alimento, a

sociedade e o território” (Schneider, 2021, p. 15), contribui para que essas famílias permaneçam em seus territórios, conforme relatou este entrevistado:

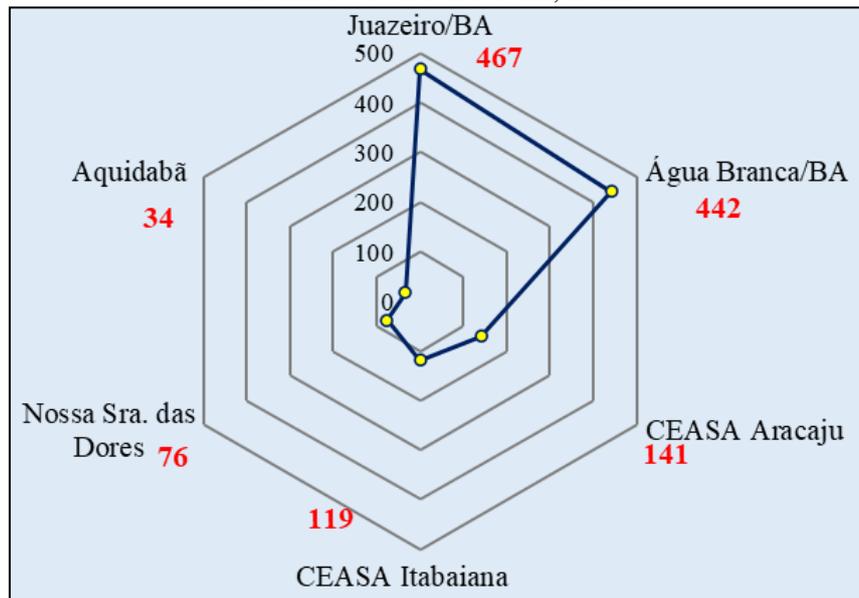
Já tem um tempinho que nós plantamos. Antes da pandemia eu também repassava para minha irmã, que vendia por encomenda e entregava todas as sextas-feiras nas casas dos compradores, isso ajudava na renda da família dela. Mas na pandemia ficou mais difícil, e reduzimos um pouco. Só que agora já estamos retomando, estamos fornecendo coentro, alface, quiabo, couve, macaxeira, para as escolas municipais. (Agricultor 3, Sede municipal, jan./2023).

Além de permanência desse grupo, essa atividade possibilita a oferta de alimentos saudáveis que são preteridos pelo agronegócio. A forma como se relacionam com a terra evidencia as contradições e incompatibilidades entre esses modelos. Diante do avanço do agronegócio no território, a população desse município acessa os alimentos *in natura* e minimamente processados na feira. Esse mercado varejista que hodiernamente, em um contexto em que os alimentos são transformados em mercadorias e em que a disponibilidade de alimentos *in natura* torna-se cada vez mais escassa, tem se constituído um espaço de resistência, uma antítese do modelo hegemônico de comercialização (Menezes, 2021).

No tocante à origem das verduras, legumes e hortaliças e de frutas comercializadas na feira, por não serem cultivadas neste município, percorrem longas distâncias até o local de comercialização. De acordo com os feirantes, esses alimentos são adquiridos nas centrais de abastecimento (CEASA) de Aracaju e Itabaiana. Contudo, muitos desses produtos, especialmente as frutas, são cultivadas em outros estados brasileiros. Alguns afirmam comprar diretamente em outros municípios fora do estado, como em Água Branca e em Juazeiro, na Bahia.

As informações coletadas apontam que os alimentos obtidos percorrem longas distâncias, ou seja, fazem parte do denominado circuito longo (Gráfico 1). Embora sejam adquiridos nas CEASAS do estado de Sergipe, o cultivo do melão, do mamão e da manga acontece no estado da Bahia, logo, tais alimentos percorrem distâncias superiores a 440 Km. No caso da maçã e da pera as distâncias são superiores a 1.000 km, e os feirantes comerciantes não sabem qual a procedência do alimento, mas observam que os alimentos são adquiridos e comercializados por vários intermediários ou atravessadores, como ressaltam Darolt e Rover (2021) ao abordar os circuitos longos.

Gráfico 1 - Distância média dos alimentos que são comercializados na feira-livre de Nossa Senhora de Lourdes/SE, 2022



Org.: Autor, 2022.

Contraditoriamente, avança o cultivo do milho em grão e do forrageiro, e declinam os cultivos de alimentos da dieta da população de Nossa Senhora de Lourdes. Em 2021, segundo o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, foram colhidas mais de 7200 toneladas desse grão. Os dados ainda evidenciam que a área destinada ao monocultivo do milho nesse município é superior a 99% do total das terras reservadas à produção agrícola.

As discussões acerca desse modelo produtivo que vem se consolidando nesse território, vinculadas à territorialização do milho, repercutem em implicações econômicas, sociais e culturais no território. Tal modelo, associado aos “sistemas alimentares vigentes, mais focados na quantidade que na qualidade dos alimentos” (CAISAN, 2018, p. 5), não consegue proporcionar uma alimentação adequada e saudável. Por conseguinte, repercute nas cadeias de comercialização, na indisponibilidade e no acesso aos alimentos saudáveis.

Considerações finais

A análise empreendida evidencia que, no município de Nossa Senhora de Lourdes, ao longo dos anos, têm sido implementadas alterações no que diz respeito ao uso da terra, produtos cultivados e acesso aos alimentos da dieta da sua população. Constatam-se a diminuição e até mesmo o desaparecimento dos cultivos enraizados na cultura desse território,

como o feijão, a mandioca, o arroz e as verduras, em detrimento do espraçamento do milho. Esses alimentos que outrora eram cultivados nesse território perdem espaço para o citado monocultivo ajustado nos moldes do agronegócio na busca incessante da lucratividade, em prejuízo da dimensão ambiental, social e cultural.

Por fim, vale ressaltar que essas transformações na produção local e seus desdobramentos refletem no domínio e dependência do circuito longo no acesso aos alimentos que compõem a dieta da população. Tal dependência contribui para uma maior disponibilização de alimentos produzidos fora do território – como os produtos ultraprocessados –, para a inexistência de vínculo entre produtor e consumidor e para o aumento do custo energético com o transporte desses alimentos, já que estão associados ao circuito longo de comercialização. Consequentemente, identifica-se que os estabelecimentos que comercializam alimentos nesse município estão repletos de produtos ultraprocessados, e juntamente com as mudanças no uso da terra, observa-se uma erosão da cultura alimentar local.

Referências

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 33-55. Disponível em: < <https://silo.tips/download/da-ideologia-do-progresso-a-ideia-de-desenvolvimento-rural-sustentavel>> Acesso em: 04 fev. 2022.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas. *Revista NERA*, Presidente Prudente/SP, n. 14 (12), p. 112-124, mai. 2012. Disponível em: < <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1384/1366>> Acesso em: 20 nov. 2021.

BEZERRA, Islandia; SCHNEIDER, Sergio. Produção e consumo de alimentos: o papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer. *Revista Faz Ciência*, Paraná, v. 14, n. 19, p. 35-61, jan/jun. 2012. Disponível em: < <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/8026>> Acesso em: 05 mar. 2022.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Estudo técnico mapeamento dos desertos alimentares no Brasil*. Brasília: Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Ministério do Desenvolvimento Social; 2018.

CARVALHO, HM de; STEDILE, J. P. Soberania alimentar: uma necessidade dos povos. *A questão agrária contemporânea*. Coletânea, n. 10, p. 28-46, 2010.

CARVALHO, Jéssyca Tomaz de, OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. O agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante. *REVISTA NERA*, Presidente Prudente/SP, n.58 (24), p. 28–55, mai. 2021. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8082>> Acesso em: 05 jan. 2022.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A expansão do agronegócio no campo de Sergipe. *Geonordeste*, São Cristóvão/SE, ano XXII, n. 2. p. 1-16, ago. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/geonordeste/article/view/2412>> Acesso em: 09 jan. 2022.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio. *Revista de Geografia Meridiano*, v. 01, n. 2, p. 81-104, 2013. Disponível em: <<https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/estado-capital-e-a-farsa-da-expansao-do-agronego-cio.pdf>> Acesso em: 09 jan. 2022.

DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social. Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229738>> Acesso em: 11 jul. 2022.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana. *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3234/1/Livro_Questao_Social.pdf> Acesso em: 15 dez. 2021.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS SERGIPANOS – EMS. OBSERVATÓRIO DE SERGIPE, 2014. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG). Disponível em: <<https://docs.observatorio.se.gov.br/wl/?id=qIyZ6zOgRMmSUEyDPpIE78XU0o1W61ct>> Acesso em: 11 jan. 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Cliff. Modelos de Desenvolvimento em Conflito: o agronegócio e a via camponesa. In: *XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária*, Gramado/RS, v. 17, 2004. Disponível em: <<https://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/CCModelosdedesenvolvimentoemconflitooagronegocio.pdf>> Acesso em: 15 dez. 2021.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2. ed. rev. – Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/30anos/anovadinamicadaagriculturabrasileira.pdf>> Acesso em 08 jan. 2022.

GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Valdemar João; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, n. 2, p. 323-346, abr-jun. 2014. Disponível em: <<https://www.revistasober.org/article/doi/10.1590/S0103-20032014000200007>> Acesso em: 02 fev. 2022.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Territorialidades de exclusão e inclusão social. In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C. *Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1006. p. 21-44. Disponível em <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/12785467/territorialidades-de-exclusao-e-inclusao-social-labes>> Acesso em: 13 nov. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Dados populacionais, econômicos, agropecuários de Nossa Senhora de Lourdes/SE*. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 03 dez. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. *Censos agropecuários 1995/1996, 2006 e 2017*. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>> Acesso em: 03 dez. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>> Acesso em: 11 out. 2022.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis/RJ: Vozes Ltda, 1981.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. – 2. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

MAZZETTO SILVA, Carlos Eduardo. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. *Revista Geografias*, Belo Horizonte/MG, v. 3 n. 1, p. 46-63, jun. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13217>> Acesso em: 20 fev. 2022.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Comida de ontem, comida de hoje. O que mudou na alimentação das comunidades tradicionais sertanejas? *OLAM – Ciência e Tecnologia*, Rio Claro/SP, v. 1, n. 2, p. 31-58, jul/dez. 2013a. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/index>> Acesso em: 20 dez. 2021.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Alimentos identitários: uma reflexão para além da cultura. *Revista Geonordeste*, São Cristóvão/SE, ano XXIV, n. 2, p. 120-136, ago. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/geonordeste/article/view/1516>> Acesso em: 20 dez. 2021.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Feiras em Sergipe: domínio da cultura e comercialização em multiplicidades de tempos. In: MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; DE ALMEIDA, Maria Geralda (org.). *Vamos às feiras!: Cultura e ressignificação dos circuitos curtos*. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. p. 59-96. Disponível em: <<https://editoracriacao.com.br/vamos-as-feiras-cultura-e-ressignificacao-dos-circuitos-curtos/>> Acesso em: 05 ago. 2022.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; SILVA, Paulo Adriano Santos; SILVA, Heberty Ruan Conceição. Configuração espacial da geografia alimentar em Sergipe. *Confins*. [Online], n. 40, 2019. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/20412>> . Acesso em: 21 dez. 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.

PEREIRA SILVA, Sandro. *A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2014. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/121635/1/797115765.pdf>> Acesso em: 04 abr. 2022.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (PENSSAN). (2022). *'II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil'* [livro eletrônico]: II Vigisan: relatório final. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert, Rede Penssan. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>> Acesso em: 21 dez. 2022.

SANTILLI, Juliana. *Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores*. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SAUER, Sérgio. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SCHNEIDER, Sergio. Circuitos que apontam caminhos para sistemas alimentares mais sustentáveis e inclusivos. Prefácio. In: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José (Org.) *Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social*. Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, 2021. p. 9-16. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229738>> Acesso em: 11 jul. 2022.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Terra mercadoria, terra vazia: povos, natureza e patrimônio cultural. *Insurgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 57-71, nov. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/18789>> Acesso em: 05 dez. 2021.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo (org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009. p. 17-32. Disponível em: <http://191.241.229.250/bitstream/11465/373/1/ASPTA_agricultura_familiar_camponesa_cons%20tru%C3%A7%C3%A3o_futuro.pdf> Acesso em: 10 mar. 2022.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora UnB, 1997.